



Ofício nº. 015/2017 - GP

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2017.

CÓPIA

Autos Precatório n. 0000193-78.2010.8.24.0500 (500.10.000193-4)

Senhor Presidente,

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL SANTA CATARINA, dotada de personalidade jurídica e forma federativa, inscrita no CNPJ/Nº 82.519.190/0001-12, com sede à Rua Paschoal Pítsica, n. 4860, Agronômica, CEP 88025-255, Florianópolis-SC, vem perante Vossa Excelência, requerer a expedição de Certidão de Regularidade do Estado de Santa Catarina, suas Autarquias, Fundações e dos Municípios que os compõe, quanto ao pagamento de precatórios judiciais:

1 - Quanto à regularidade da adequação orçamentária, em conformidade com os novos parâmetros de pagamento, estabelecidos pela Emenda Constitucional Nº 94/2016, parcela de Janeiro de 2017;

Outrossim, requer:

1 – Providências do Excelentíssimo Presidente desta Corte de Justiça acerca de eventual descumprimento dos entes devedores, nos termos do artigo 104 do ADCT;

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ ANTONIO TORRES MARQUES

Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 – Centro - Florianópolis/SC

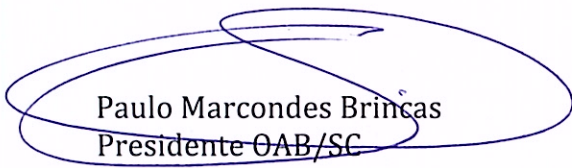


2 - Notificar ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (CEDIN), para promover junto ao Tesouro Nacional a retenção dos repasses relativos ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, na forma do artigo 34 da Resolução Nº 115 do CNJ;

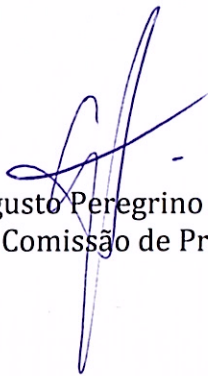
3 - Intimação do Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor de Contas Especial e membro do Comitê Gestor de Precatórios para manifestação quanto a regularidade;

4 - Intimação do digno representante do *Ministério Público quanto a regularidade dos pagamentos*;

Pede Deferimento.



Paulo Marcondes Brincas
Presidente OAB/SC



Gabriel Augusto Peregrino Ferreira
Presidente Comissão de Precatórios OAB/SC